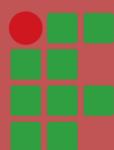


JULLYANA PIMENTA BORGES GONÇALVES
CINTHIA MARIA FELICIO
MARCOS FERNANDES SOBRINHO

OFICINA PEDAGÓGICA: (RE)PENSANDO A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E A FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Jullyana Pimenta Borges Gonçalves

OFICINA PEDAGÓGICA: (RE)PENSANDO A INCLUSÃO DE
ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E
A FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Produto Educacional vinculado à dissertação:

**CONDIÇÕES CURRICULARES PARA UMA PRÁTICA EDUCATIVA
INCLUSIVA: estudo de caso em escola estadual de Goiás**

Morrinhos

2019

Autorizo, para fins de estudo e de pesquisa, a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

G635o Gonçalves, Jullyana Pimenta Borges.

Oficina pedagógica: (re) pensando a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais e a formação para o mundo do trabalho/
Jullyana Pimenta Borges Gonçalves. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019.

29 f. : il. color.

Orientador: Dra.Cinthia Maria Felicio.

Coorientador: Dr. Marcos Fernandes Sobrinho

Diagramador: Jerry Hiran Serafim dos Reis Júnior

Produto educacional– Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos,
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação
Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2019.

1.Educação inclusiva. 2. Formação docente. 3. Prática educativa I.
Felicio, Cinthia Maria. II. Fernandes Sobrinho, Marcos. II. Instituto Federal
Goiano. II. Título.

CDU 376:331

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Poliana Ribeiro, CRB1/3346

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
ORIENTAÇÕES PARA A CONDUÇÃO DA OFICINA	03
ROTEIRO DA OFICINA	04
1.1º MOMENTO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA	04
1.1 Percurso Metodológico	04
1.2 Recursos	05
1.3 Objetivos e desenvolvimento	05
1.4 Reflexão/Ação	10
1.5 Considerações	11
2. 2º MOMENTO: MUNDO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	11
2.1 Percurso Metodológico	11
2.2 Recursos	12
2.3 Objetivos e desenvolvimento	12
2.4 Reflexão/Ação	16
2.5 Considerações	16
2.6 Encerramento e Avaliação	17
REFERÊNCIAS	18
APÊNCIDES	
Apêndice1- Quadro para leitura e discussão.....	21
Apêndice 2- Ficha Reflexão/Ação.....	27
Apêndice 3- Avaliação da Oficina.....	28
SOBRE OS AUTORES	29

APRESENTAÇÃO

A Oficina com a temática Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e reflexões sobre o mundo do trabalho foi desenvolvida a partir do estudo realizado com os coordenadores pedagógicos, professores regentes e professores de apoio que atuam no Ensino Médio, em salas com alunos público-alvo da Educação Inclusiva de uma escola da rede estadual de educação localizada em Caldas Novas- Goiás.

Tal estudo objetivou conhecer, por meio da análise de questionários e entrevistas semiestruturadas, a visão desses sujeitos sobre o potencial laboral dos alunos público-alvo da educação inclusiva e futura inserção no mundo do trabalho, bem como relacionar as práticas cotidianas voltadas a esse público, relatadas pelos profissionais. Assim, por meio da análise das respostas foi possível perceber alguns aspectos concernentes a educação inclusiva e ao mundo do trabalho que poderiam ser aprofundados em relação ao percurso formativo dos sujeitos pesquisados.

A Oficina foi então planejada com o intuito de promover um momento de formação e reflexão coletiva, em que esses profissionais pudessem (re)ver conceitos gerais sobre a Educação Inclusiva, já que a maioria dos professores regentes não possuíam formação nessa área. Além disso, também foi sistematizada a apresentação de pressupostos importantes a serem considerados quando tratamos a temática mundo do trabalho na perspectiva de emancipação do sujeito, para que os profissionais da escola refletissem sobre essa questão e sobre o seu papel na promoção de práticas que favoreçam a aquisição de habilidades relacionadas a futura vivência dos alunos no mundo do trabalho.

Compreendendo também que estamos num período de transição para a concretização das mudanças previstas na lei nº 13.415/17 que dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), acreditamos que a reflexão suscitada na Oficina poderá contribuir ainda, para a futura construção do itinerário formativo de formação técnica e profissional, a ser implementado pelas instituições para atender a nova configuração dessa etapa de acordo com as novas diretrizes (BRASIL, 2018).

Diante dessa nova configuração, a possibilidade de oferta de conteúdos relacionados a formação profissional é ampliada e as referências ao mundo do trabalho são recorrentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (BRASIL, 2018). Evidenciando então, a necessidade de que a equipe escolar (re)pense essa questão para que as práticas (im)postas pela nova lei sejam condizentes com um projeto de emancipação dos alunos e não seja mera preparação para o mercado de trabalho competitivo.

Quanto ao processo de escolarização dos alunos com NEE, apesar das leis brasileiras serem disseminadoras de um discurso voltado a inclusão, ainda se faz necessário “[...] fazer que os direitos ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente e construir respostas educacionais que atendam às necessidades dos alunos” (MANTOAN; PRIETO; ARANTES, 2006, p.69). E para que essa construção aconteça, e as estratégias educacionais alcancem êxito, o professor tem um papel de destaque, visto seu desempenho como mediador nesse processo. Sendo assim, os professores, sobretudo os regentes, “[...] precisam ser efetivamente capacitados [...]. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente” (ARANHA, 2003, p.23-24).

Dell-Masso (2012) suscita outra discussão importante nesse contexto, que é o desafio da escola em preparar seus alunos público-alvo da educação inclusiva para o mundo do trabalho, compreendendo que sem um preparo escolar adequado, o ingresso deles no mercado formal de trabalho dificilmente acontecerá. A autora ainda reforça que a escola deve se comprometer na construção de um projeto inclusivo que vislumbre o futuro acesso ao trabalho como uma continuidade do processo educacional, assim “[...] cabe à escola incluir em seu currículo informações sobre o mundo do trabalho, preparando o aluno para a autonomia, cidadania e para a própria vida” (DELL-MASSO, 2012, p. 427).

Nesse sentido, apresentamos a proposta dessa Oficina, que busca trazer um aprofundamento dos conceitos relacionados a inclusão na escola e no mundo do trabalho, assim vislumbramos contribuir com um direcionamento às práticas a serem adotadas pois, por meio do debate e reflexões dos agentes educativos, propomos a construção de práticas educativas condizentes com a realidade vivenciada por eles. Propondo assim, um resgate dos valores “Educação e Trabalho”, para situar a repercussão das habilidades estimuladas na educação básica para a trajetória profissional dos alunos.

O produto é voltado para coordenadores e professores da educação básica, sobretudo aos que atuam no Ensino Médio, que lidam ou podem lidar no futuro, com alunos público-alvo da educação inclusiva. Por meio das atividades propostas, buscamos suscitar o diálogo e interação entre os participantes, para que possam juntos delinear ações que visem a melhoria da aprendizagem e inclusão dos alunos com NEE de acordo com o contexto da escola em que atuam, buscando abrir perspectivas para a efetivação de princípios da gestão democrática. E reconhecendo que a atuação do professor pode favorecer a inclusão tanto na escola quanto na sociedade e no mundo do trabalho, pois é o profissional que lida com a formação básica do aluno e pode estimular a autonomia e potencialidade(s) dele, utilizando recursos didáticos que o levem a aprender a aprender, se comunicar e a perceber seus potenciais em detrimento às suas limitações, afinal, o que fala e faz o professor tem papel muito importante no contexto de vida de todos os alunos (MANTOAN, 2015).

Esse processo pode ser relacionado com a formação técnica e profissional à medida que valoriza o trabalho no sentido ontológico e como um direito fundamental de todo ser humano, que não deve ser explorado por alguns, pelo contrário, deve ser um princípio educativo, a se constituir em ações e conhecimentos que são respeitados e valorizados, para ser apropriado pelos docentes e ressignificados junto aos seus alunos (SAVIANI, 2007), para que haja a disseminação de atitudes inclusivas, que possibilitarão a construção de uma sociedade mais equânime.

Esperamos que gostem e desejamos um bom trabalho a todos!

ORIENTAÇÕES PARA A CONDUÇÃO DA OFICINA

A Oficina é um instrumento importante para a construção do conhecimento pois promove a unidade entre a teoria e a prática, por meio da interação e partilha entre os participantes. Sendo importante que toda Oficina possa fomentar a reflexão e ação sobre o tema tratado, articulando transmissão e aquisição de informações de maneira socializada (VIEIRA; VOLQUIND, 2002).

Para Paviani e Fontana (2009) o uso da Oficina como técnica que visa promover a formação continuada de professores é eficaz, pois permite a articulação de conceitos teóricos com a vivência concreta do participante, aspecto muito importante e que precisa ser explorado didaticamente pelos professores e mediadores de alguma proposta. E ainda porque por meio dela, pode promover o trabalho em equipe, o que gera a construção de um saber coletivo e por isso passível de apropriação por esses sujeitos com maior significação.

O professor ou coordenador da Oficina não tem o papel de ensinar ou repassar conhecimento, ao contrário, sua posição é de alguém que está partilhando, podendo contribuir com o conhecimento que está sendo construído por todos. Assim, ele “[...] não ensina o que sabe, mas vai oportunizar o que os participantes necessitam saber, sendo, portanto, uma abordagem centrada no aprendiz e na aprendizagem e não no professor” (PAVIANI; FONTANA, 2009, p. 79). Dessa forma os saberes necessários vão emergindo naturalmente das ideias e discussões dos participantes, que são ouvidos e direcionados a reflexões sobre ideias e propostas que devem ser analisadas e validadas ou questionadas.

Sugerimos que o mediador da oficina possa assistir aos vídeos propostos e se considerar pertinente poderá substituí-los ou complementá-los com outros vídeos ou recursos. Nesse sentido, é importante considerar a duração do vídeo pois a escolha de um que seja longo poderá tornar o momento enfadonho e cansativo para os participantes e ainda comprometer o tempo de duração da Oficina.

As considerações trazidas em cada momento são apenas sugestões, podendo o condutor aprofundar mais ou menos o conteúdo tratado, de acordo com suas necessidades e disponibilidade de tempo para a realização da Oficina. Para que o condutor possa discutir os comentários trazidos em cada parte sugerimos que leia o referencial teórico usado para a sua elaboração, por isso, os autores estão indicados e toda a referência bibliográfica usada está descrita na parte Referências.

Ainda organizamos na sessão Sobre os Autores, as informações para que você conheça os autores deste material e possa, por meio dos contatos disponibilizados, compartilhar suas dúvidas, opiniões e sugestões visando a melhoria da Oficina descrita. Será motivo de imensa alegria podermos nos comunicar e possivelmente compartilhar saberes a respeito das temáticas trazidas aqui, que tanto nos interessam e ainda conhecer os resultados da aplicação da Oficina em contextos diferenciados. Para isso é importante que o mediador compartilhe conosco a sua experiência, então nos colocamos à disposição daqueles que desejarem este contato.

ROTEIRO DA OFICINA

ACOLHIDA

Entrega de um bombom com mensagem de boas-vindas.

APRESENTAÇÃO

A apresentação entre os participantes é dispensável no caso dos participantes já se conhecerem. Porém, no caso de aplicação do roteiro da Oficina com participantes que não têm um convívio regular, sugerimos o uso de uma dinâmica para breve apresentação logo no início das atividades.

Em seguida, apresentação do(a) mediador(a) da oficina, fala do nome, tempo de atuação na Educação e na Educação Inclusiva e formação acadêmica.

Explicar a proposta da Oficina apresentando o tema e informar que ela está estruturada em dois momentos, o primeiro destinado a tratar sobre Educação Inclusiva e o segundo destinado ao enfoque da temática Mundo do Trabalho e Inclusão.

É interessante também fazer “combinados” para o bom andamento da oficina como: deixar o celular no silencioso, participar ativamente com foco nas discussões propostas e evitar sair da sala.

1. 1º MOMENTO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Temática: Educação Inclusiva (Tempo estimado: 4h)

1.1 Percurso Metodológico

- A- Compartilhando saberes- 1ª parte (Tempo estimado: 1h)
- B- Leitura em dupla e discussão do quadro com Necessidades Educacionais Especiais- Características e estratégias educacionais. (Apêndice 1) (Tempo estimado:40min.)
- C- Intervalo e lanche (Tempo estimado: 20min.)
- D- Compartilhando saberes- 2ª parte (Tempo estimado: 40min.)
- E- Compartilhando vivências (Tempo estimado: 30 min.)
- F- Montagem do painel “Reflexão/Ação” (Tempo estimado: 45min.)
- G- Considerações (Tempo estimado: 05min.)

1.2 Recursos

Bombons, Projetor multimídia (opcional), folhas de papel A4, bloco de notas adesivas.

1.3 Objetivos e desenvolvimento

A- Compartilhando saberes- 1ª parte

O mediador tem liberdade para organizar a melhor maneira para compartilhamento do conhecimento, como aula dialogada com apresentação de *slides*, roda de conversas ou outra metodologia a ser escolhida, mas sempre permitindo a interrupção caso algum participante queira fazer perguntas ou comentários. Essa orientação pode ser seguida em todos os momentos da oficina.

Selecionamos quatro objetivos a serem tratados na primeira parte de compartilhamento de saberes, a fim de que os participantes possam perceber o processo histórico da Educação Inclusiva no Brasil e a relação dos profissionais docentes com a implementação da escola inclusiva, que seguem:

- **Apresentar os marcos históricos da Educação Inclusiva no Brasil.**

É importante informar aos participantes que somente no final do século XX, estimulados pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é que os debates e ações para a efetiva inserção das pessoas com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular ganhou repercussão. Até 1961, a escolarização desse público era realizada num modelo de segregação, onde eram encaminhados para escolas especiais ou classes especiais, em instituições como o Instituto Nacional da Educação dos Surdos, Instituto Benjamin Constant, Apae e Instituto Pestalozzi. Na literatura, temos referência a educação ofertada como “Educação de deficientes”, “Educação dos excepcionais” e “Educação especial” (MAZZOTTA, 2011).

Após esse período, começaram as tentativas de ruptura com o modelo Segregacionista e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61 (BRASIL, 1961) apontou o direito dos “excepcionais” à educação preferencialmente no sistema geral de ensino. Em 1971 a lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) estabeleceu o “tratamento especial” para “deficientes” físicos, mentais, alunos com atraso considerável em relação à idade/série e superdotados. Porém, a própria lei admitia a exclusão desse público de maneira indireta, ao usar o termo “preferencialmente”, assim, a prática de encaminhamento para as classes e escolas especiais permaneceu.

Em 1988, a Constituição Federal (CF) afirmou como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, Artigo 3º, Inciso IV). Em seu artigo 205, estabeleceu a educação como um direito de todos e no artigo 206, Inciso I, afirmou a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Ainda acrescentou que é dever do Estado ofertar o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Artigo 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reforçaram os ideais previstos na Constituição e passaram a direcionar as políticas públicas da educação inclusiva brasileira. Assim, as

escolas regulares passaram a ser vistas como o melhor espaço para combater atitudes discriminatórias, sendo um local para o acolhimento de todos, independentemente de suas condições sociais, intelectuais, linguísticas, étnicas ou físicas (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu Artigo 59, considerou que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes: currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. E no Artigo 37, prevê “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Dessa forma, a lei prevê uma perspectiva inclusiva, pois assegura que todos os alunos estarão juntos, independentemente de suas características e/ou deficiências, sendo atendidos em suas especificidades.

Pode ser um momento para que os professores participantes apresentem suas ideias e considerações sobre as propostas de inclusão nas leis e as condições efetivas de trabalho na escola, cabendo ao mediador da oficina ponderar sobre tais questões e propor a análise da responsabilidade e o papel de cada um na viabilização de ideias e práticas mais democráticas. E ainda, refletir sobre casos e atitudes que sensibilizem a comunidade escolar, quanto a necessidade de oferecer condições de acolhimento e inclusão para o desenvolvimento de todos os alunos vislumbrando uma educação mais humanizada.

- **Definir o público-alvo da Educação Inclusiva.**

O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva definiu o público-alvo da educação inclusiva, que são: alunos com deficiência, seja ela física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla, alunos com superdotação ou altas habilidades e alunos com transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2008).

Nesse momento seria interessante permitir que os participantes relatem situações e apresentem possíveis dúvidas com relação ao público-alvo e as determinações dessa lei e direcionar a discussão, apresentando que este documento traz ainda que o objetivo da educação inclusiva é oportunizar ao seu público-alvo o acesso a todos os níveis de ensino, e que possam ter suas potencialidades valorizadas em detrimento às suas limitações, no processo educativo.

É ainda um momento importante para tentar estabelecer reflexões sobre o fazer pedagógico de cada um, mesmo em silêncio, pedir que reflitam por um momento, e analisem se suas ações em sala de aula têm sido no sentido de trabalhar e desenvolver o que os alunos com NEE trazem de potencial, e se conhecem esses alunos, se têm buscado o desenvolvimento deles a partir daquilo que já conseguem fazer para avançar e alcançar novas potencialidades.

O mediador da oficina pode ainda levantar a questão relacionada a qual tem sido o papel de cada um dos participantes quanto aos objetivos propostos no documento apresentado e reler este objetivo enquanto os professores refletem sobre ele. Após uma breve pausa, verificar se algum deles gostaria de fazer um comentário breve e então começar a introduzir a explanação do próximo tópico.

- **Explicar sobre o papel dos professores como mediadores no contexto que se propõe a ser inclusivo.**

Para que as orientações sobre a inclusão desse público na escola regular se concretizem, é pertinente que a equipe escolar esteja preparada para acolher e realizar as mudanças necessárias, sejam físicas, metodológicas ou atitudinais. Segundo Aranha (2003), para que os alunos público-alvo da educação inclusiva tenham resultados favoráveis no processo de inclusão na escola regular é necessário considerar a preparação da equipe e dos professores, os recursos especializados e as adequações curriculares. Por isso, discutir quais as mudanças físicas, metodológicas e atitudinais no caso do contexto local onde se realiza a oficina, pode ser um momento importante para que os coordenadores, professores de apoio e professores regentes tragam relatos e reflexões sobre suas necessidades de mudança, principalmente nos aspectos metodológicos e atitudinais. A seguir, com o intuito de expor a importância das concepções dos participantes sobre as potencialidades de aprendizagem de seus alunos, o mediador pode apresentar a visão de Carvalho (2014) que colabora, mostrando a necessidade de que os agentes educativos assumam uma postura de crença no potencial dos alunos em detrimento a possíveis limitações. E assim, segundo a autora citada, poderão articular estratégias e adequações que favoreçam o aprendizado de todos. Sendo então este aspecto muito importante para que os objetivos da inclusão sejam alcançados, assim, o mediador pode perguntar se os participantes sabiam disso, ou se já teriam lido algo sobre a importância do seu papel para que a inclusão se efetive na escola. Diante disso, tanto o professor regente como o professor de apoio têm um papel muito importante no processo e precisam estar preparados para, a partir do diálogo e parceria, auxiliar o desenvolvimento dos alunos com NEE. Mas qual seria realmente o papel de cada um deles, professores regentes e professores de apoio? Destinamos o próximo tópico para essa questão.

- **Descrever a função do Professor de Apoio e incentivar o trabalho colaborativo entre ele e o Professor Regente.**

É o momento para explicar sobre o contexto em que surgiu a necessidade de se ter a participação do professor de apoio para auxiliar o professor regente em sala de aula e como sugestão, apresentamos um breve parágrafo sobre isso. Além dele, o mediador da oficina pode ampliar seu amparo teórico utilizando a referência citada para o aprofundamento da discussão. Sobre o Professor de Apoio (PA) à inclusão Mousinho et al. (2010) explicam que após os debates trazidos pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), em muitos países optou-se por colocar um profissional especializado para, juntamente com o professor da turma, atender a criança com diferentes necessidades na sala de aula, já que os docentes não tinham preparação especializada para receber essas crianças, que até então estavam afastadas da escola regular. No Brasil vemos registros da presença desse profissional de maneira mais intensa por volta dos anos 2000, reconhecidos com diferentes nomes “[...] facilitador escolar, tutor escolar, assistente educacional e mediador escolar” (MOUSINHO et al., 2010, p. 93). Logo após esta colocação, o mediador pode questionar se os participantes conhecem a realidade brasileira quanto a presença do professor de apoio em sala de aula e apresentar as ideias expressas no parágrafo seguinte. Depois disso, ouvir o que os participantes conhecem e dizem sobre o professor de apoio e sua presença em sala de aula, orientando-os a expressarem como tem sido a relação entre PR e PA na realidade local.

A Lei Brasileira da Inclusão afirma o direito do aluno, em casos específicos, ao acompanhamento por um “[...] profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em instituições públicas e privadas [...]” (BRASIL, 2015).

Porém, “O professor de apoio deve ser encarado como um profissional que assume o papel de auxiliar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança” (SOUZA; VALENTE; PANNUTI, 2015, p. 10880). Por isso, o professor regente deve assumir o aluno com NEE, preocupando-se com o processo de aprendizagem e participação em suas aulas, assim como deve promover a interação entre todos os alunos, visando a melhoria do processo inclusivo.

Já o professor de apoio deve estar atento para não reforçar a exclusão, com práticas que suprimem a autonomia do aluno ou que não sejam condizentes ao que os demais colegas estejam realizando. Vilaronga e Mendes (2014) alertam sobre a importância de que haja parceria entre o professor regente e o PA, pois quando há um ensino colaborativo o resultado é a melhoria no processo inclusivo.

Porém os autores supracitados reiteram que, quando as ações docentes são realizadas individualmente, os estudantes público-alvo da educação inclusiva podem não ser atendidos de maneira satisfatória. Dessa forma, o trabalho colaborativo é essencial para que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

Seguimos agora para o momento em que os participantes devem trabalhar em grupos menores, sugerimos que essa parte seja realizada em dupla ou trios para que possam ser viabilizadas discussões e trocas de ideias para posterior socialização no grupo maior.

B- Ler em duplas o quadro com Necessidades Educacionais Especiais- Características e estratégias educacionais e posteriormente discutir com todos os participantes. (Apêndice 1)

Nesse momento os participantes devem ler o quadro citado e conversar sobre as informações contidas nele, buscando possíveis características semelhantes ao comportamento dos alunos atendidos na escola, observando se as estratégias educacionais listadas para cada NEE, está sendo realizada. E ainda podem registrar informações e/ou dúvidas que julgarem importantes para compartilharem com o grande grupo ao final desse momento. É importante que haja interação entre as duplas e entre todos ao final, portanto o condutor deve estar atento e estimular o diálogo.

C- Intervalo e lanche

D- Compartilhando saberes- 2ª parte

Esse momento é destinado às orientações sobre as Adequações Curriculares e sua importância para a inclusão dos alunos com NEE, sendo que tais adequações devem fazer parte da prática docente na perspectiva inclusiva. Para explanação do assunto, pontuamos dois objetivos:

- **Conceituar Adequações Curriculares e sua importância no atendimento dos alunos com NEE.**

Após apresentar o tópico, o mediador pode ouvir brevemente o que os participantes pensam sobre as adequações e como elas têm sido realizadas na sua realidade. Sendo importante também que pensem

sobre a importância dessas adequações para o aprendizado dos alunos com NEE.

As adequações curriculares, quando necessárias, visam tornar o currículo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não é um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação (ARANHA, 2003). A escola que atende à diversidade precisa de uma organização curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos.

É importante levar os participantes a refletirem sobre as diferentes formas de aprendizado que cada indivíduo possui, podendo ser direcionado a discussão apresentada a seguir:

Os alunos não aprendem da mesma forma, nem ao mesmo tempo, de maneira homogênea, por isso, “A equidade educativa não se garante através da uniformidade dos percursos curriculares, mas através de percursos diferenciados que permitam atingir as mesmas metas finais [...]” (SILVA; LEITE, 2015, p. 46). Essas questões levantadas durante a oficina são interessantes para estabelecer diálogos e reflexões entre os participantes sobre o seu papel na inclusão dos alunos. É preciso que tenham consciência que para garantir a todos os alunos o acesso ao conhecimento é necessário respeitar as peculiaridades de cada aluno e valorizar seu progresso individual. Assim sendo, é importante que o professor promova diferentes práticas de ensino e avaliação dos conteúdos, o que se mostra um desafio:

Gerir turmas inclusivas não é um processo fácil, mas só se poderá falar verdadeiramente em inclusão quando esta não se restrinja a uma mera socialização e abranja formas de adequação curricular que procurem assegurar o acesso de cada um dos alunos ao currículo comum (SILVA; LEITE, 2015, p. 46).

No entanto, apesar dos enfrentamentos e esforços para assegurar o acesso de todos a um currículo comum, faz-se necessário que todos queiram uma escola mais acessível e democrática, que promova ações de equidade e emancipação de seus alunos. Por isso é importante refletir sobre qual escola temos oferecido a nossos alunos, e a promoção de uma escola necessária, que permita condições de acesso ao currículo e conteúdos necessários para o desenvolvimento humano, crítico e responsável, que instrua e emancipe, dando condições de desenvolvimento e aprimoramento, conforme interesses e aptidões. Então devemos pensar e procurar realizar da melhor forma as adequações curriculares, conforme as necessidades de cada um, para que assim, todos consigam as condições necessárias e possam, a partir de suas potencialidades, ter acesso ao currículo. Ainda resta alguma dúvida sobre as necessidades de adequações curriculares e como devem ser implementadas em cada realidade? Então vejamos a seguir.

- **Explicar os diferentes tipos, categorias e níveis de Adequações Curriculares**

Esse é o momento para explicar sobre as adequações curriculares aos professores, explicando que as necessidades de cada aluno, individualmente, exigirão diferentes tipos de adequações.

As adequações curriculares podem ser realizadas em três níveis: no âmbito do projeto pedagógico, no currículo desenvolvido na sala de aula e no nível individual. Há duas categorias de adequações, as adequações dos elementos curriculares e as adequações de acesso ao currículo, que dizem respeito a mudanças para garantir que o aluno acesse os espaços e conteúdos de aprendizagem, independentemente de suas necessidades, garantindo a acessibilidade por meio do uso de Tecnologias Assistivas, quando necessário. Já as adequações dos elementos curriculares, dizem respeito as modificações metodológicas e didá-

ticas, nos conteúdos curriculares e no processo avaliativo (ARANHA, 2003). Elementos que demandam conhecimento e vontade do professor para argumentar e defender propostas curriculares e adequações que promovam desenvolvimento e inclusão.

Existem dois tipos de adequações, de pequeno porte e as de grande porte, quando a necessidade do aluno requer uma mudança substancial na maneira de organizar o tempo, os conteúdos e avaliações, com eliminação de conteúdos básicos do currículo, por exemplo. E as adequações de pequeno porte são modificações organizativas e avaliativas que precisam minimamente serem implementadas, nos procedimentos didáticos e na temporalidade, visando atender as necessidades de aprendizagem, como por exemplo, a modificação do nível de complexidade de certas atividades ou a eliminação de conteúdos secundários, que não sejam relevantes para a vivência do aluno (ARANHA, 2003).

Agora, é relevante verificar o entendimento dos participantes da oficina sobre os dois tipos de adequações e levantar exemplos de situações vivenciadas por eles e que exigiram adequações de pequeno e/ou grande porte, incentivando-os a apresentarem suas dúvidas e conhecimentos. Assim, reservamos um momento da oficina para compartilhar e valorizar as vivências de cada um e até possivelmente, buscar respaldo em leis ou conhecimento teórico para rever propostas e ações.

E- Compartilhar vivências.

Momento reservado para que os participantes possam dialogar sobre suas experiências em relação aos alunos público-alvo da educação inclusiva, possíveis adequações realizadas, podendo comentar sobre casos específicos de estudantes matriculados visando a troca de experiências exitosas entre os profissionais.

O condutor deve estimular o diálogo e permitir que expressem possíveis dúvidas e dificuldades em relação a realização de adequações curriculares e ainda solicitar a contribuição dos participantes com ideias e sugestões de adequações condizentes com o público atendido.

F- Confecção do painel no momento para reflexão e ação.

O painel pode ser confeccionado com diversos materiais ou simplesmente ser escrito no quadro branco e deve ser previamente organizado e dividido em duas partes: Reflexão e Ação.

1.4 Reflexão/Ação

Pedir aos participantes para refletirem sobre o contexto inclusivo vivenciado por eles na escola e diante das informações apresentadas e discutidas durante a oficina, responderem à pergunta: O que pode ser melhorado para promover a efetiva inclusão dos alunos com NEE na escola em que atuam?

Entregar uma folha, retirada de bloco de notas adesivas para registro dessas respostas.

As respostas serão afixadas num painel previamente organizado e dividido em duas partes: Reflexão/Ação.

Tais respostas serão afixadas na parte Reflexão. Já na parte Ação, uma pessoa ficará responsável por registrar, no bloco de notas adesivas, as ações necessárias para a melhoria das questões colocadas pelos participantes. Para isso, o(a) mediador(a) da oficina mediará as discussões, para que as ações sejam pensadas de maneira coletiva. Sendo assim, a dificuldade levantada por um membro da equipe, será analisada por todos, que se empenharão na busca de soluções.

Ao término, cada um poderá visualizar o painel, que será também apresentado a equipe pedagógica e gestora, para que também reflitam sobre as colocações e possivelmente possam articular o processo de concretização das ações citadas. Esse instrumento pode ser usado também como elemento norteador de ações a serem incluídas no Projeto Político Pedagógico da escola, na oportunidade de sua revisão.

1.5 Considerações

Ao final das discussões e montagem do painel, todos devem ser parabenizados pelo trabalho em equipe, reforçando que as dificuldades podem ser compartilhadas e que a melhoria do processo inclusivo está no reconhecimento das dificuldades enfrentadas e na busca de soluções que emanem da realidade específica de cada escola (CARVALHO, 2014).

E ainda são convidados a refletirem sobre a temática que irá ser tratada no segundo momento da oficina, afinal, a inclusão na escola regular possibilita aos alunos com NEE vislumbrarem o acesso a vários aspectos da vida em sociedade, dos quais foram historicamente excluídos. Um desses é o acesso ao mundo do trabalho, que para Dell-Masso (2012) deve ser amplamente relacionado à vivência escolar, para que as pessoas com deficiência consigam continuidade no processo inclusivo.

2. 2º MOMENTO: MUNDO DO TRABALHO E INCLUSÃO

Temática: Mundo do Trabalho e inclusão (Tempo estimado: 4h)

2.1 Percurso Metodológico

- A- Iniciar com o Vídeo: A inclusão da pessoa com deficiência na educação e trabalho. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=NMjdoK4bJNQ> (Tempo estimado: 10 min.).
- B- Compartilhando saberes- 1ª parte (Tempo estimado: 1h)
- C- Momento para explanações dos participantes, relacionando o conteúdo do vídeo e informações apresentadas. (Tempo estimado: 30 min.)
- D- Intervalo e lanche. (Tempo estimado: 20 min.)
- E- Vídeo: Relação trabalho e educação. Link: https://www.youtube.com/watch?v=m_EkEd-KC_Mk. (Tempo estimado: 5min.)

- F- Compartilhando saberes- 2ª parte (Tempo estimado: 45min.)
- G- Reflexão/Ação, Trabalho em grupo (Apêndice 2) (Tempo estimado: 1h)
- H- Considerações (Tempo estimado: 02min.)
- I- Encerramento e avaliação da Oficina. (Apêndice 3) (Tempo estimado: 8min.)

2.2 Recursos

Projeter multimídia (opcional), folhas de papel A4, prêmio (caixa de bombons ou outro à critério do condutor da Oficina)

2.3 Objetivos e desenvolvimento

- A- Sensibilizar os participantes, mostrando as dificuldades e possibilidades da inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Vídeo: A inclusão da pessoa com deficiência na educação e trabalho. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=NMjdoK4bJNQ>

O vídeo deve ser apresentado aos participantes, que possivelmente se identificarão com o contexto mostrado, já que retrata as dificuldades de uma professora, que é cadeirante, e as implicações no exercício da profissão e cotidiano escolar. Além da vivência da profissional docente, ainda mostra um ambiente escolar repleto de alunos com diferentes deficiências.

- B- Compartilhando saberes- 1ª parte

Elencamos dois objetivos para serem alcançados nesse momento, que se propõe a discutir a importância da formação escolar para que os alunos com NEE consigam inserção no Mundo do trabalho:

- **Apresentar as orientações voltadas à etapa do Ensino Médio sobre Mundo do Trabalho**

A atual LDB orienta que no Ensino Médio haja “[...] preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação[...].” (BRASIL, 1996, Artigo 35, Inciso II). Essa preparação deve se constituir como um objetivo a ser atingido por todos os alunos, inclusive pelos alunos com NEE, que precisam ser estimulados em suas potencialidades e habilidades, para que possam realizar o enfrentamento ao estigma da incapacidade e à condição de exclusão imposta historicamente.

Repensar as mudanças na legislação que estão aí postas e buscar alternativas no meio escolar, junto a coordenação e colegas que estão em sala de aula, pode despertar compromissos e compartilhamento de ideias importantes para melhor compreender uma realidade e o que deve ser feito para se alcançar os objetivos propostos.

À essa preparação, a lei nº 13.415 que dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) prevê a possibilidade de criação de itinerários formativos de formação técnica e profissional, a serem disponibilizados aos estudantes matriculados no ensino médio. E o mundo do trabalho é referenciado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que orientam que o currículo deve ser elaborado “[...] contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 2018, Artigo 7º, Parágrafo 2º). Tais orientações demonstram que a relação com o mundo do trabalho é um objetivo importante nessa etapa da educação básica e deve ser considerada pelos docentes no exercício de suas funções. E a partir das orientações e discussões podemos estar preparados para lidar com os enfrentamentos e desafios que sempre surgem e que demandam conhecimento e preparação para serem pensados e resolvidos.

Para Dell-Masso (2012) a escola deve se comprometer na construção de um projeto inclusivo que vislumbre o futuro acesso ao trabalho como uma continuidade do processo educacional, assim, “[...] cabe à escola incluir em seu currículo informações sobre o mundo do trabalho, preparando o aluno para a autonomia, cidadania e para a própria vida” (DELL-MASSO, 2012, p. 427). E a inclusão da PcD a partir da escolarização e preparação para o trabalho? O que pode ser feito? Qual o papel do professor para o acesso deste aluno ao trabalho? E o desenvolvimento de atividades que colaborem com vivências laborais? Apresentamos, em seguida, algumas reflexões a respeito dessas questões.

- **Elencar as conquistas legais da Pessoa com Deficiência, que favorecem sua inserção no Mundo do Trabalho.**

É relevante que os participantes conheçam as conquistas legais da Pessoa com Deficiência e que possam discutir essas conquistas no ambiente escolar, com todos os alunos. Essa discussão se faz necessária porque as leis não são garantia de acesso aos direitos adquiridos, e ainda, porque existem barreiras de preconceito e rejeição por parte das pessoas que não são transpostas por orientações legais, ao contrário, necessitam de que haja mudança de paradigmas. Ressaltamos algumas dessas leis, que devem ser repensadas e discutidas:

Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho formal (BRASIL, 1991)- estabelece que empresas com cem ou mais funcionários devem preencher, de dois a cinco por cento dos seus cargos, com beneficiários reabilitados, ou pessoas com deficiência.

Cotas em concursos públicos (BRASIL, 1999)- estabelece a cota de cinco por cento para reserva de vagas em todos os cargos oferecidos, sendo necessário que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência do candidato.

Lei da Acessibilidade (BRASIL, 2000)- Segundo a Lei nº 10.098, acessibilidade é:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015)- Afirma direitos anteriormente adquiridos pela pessoa com deficiência e ainda outros nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte.

Lei de Cotas que inclui vagas para Pessoa com Deficiência nos Institutos Federais de Educação (BRASIL, 2016)- Inclui pessoas com deficiência.

C- Compartilhar conceitos

Esse é o momento de incentivar os participantes a se expressarem, interpretando o conteúdo do vídeo e os conceitos apresentados.

D- Intervalo e Lanche

E- Retomar a Oficina com o vídeo, que traz reflexões sobre o assunto que será tratado. Vídeo: Relação trabalho e educação.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=m_EkEdKC_Mk

O condutor deve apresentar o vídeo, propondo aos participantes a oportunidade de ampliação da concepção trabalho e educação, percebendo essa relação como intrínseca ao ser humano.

F- Compartilhando saberes- 2ª parte

Esse é o último momento de apresentação de conceitos, em que o condutor irá estimular a criticidade dos participantes, apontando pressupostos importantes para que a visão sobre o mundo do trabalho seja ampla e atenda ao anseio de autonomia e liberdade dos alunos.

- **Relacionar Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica como elementos norteadores para a elaboração de atividades relacionadas ao mundo do trabalho e consequente inclusão de todos os alunos.**

Como elementos norteadores para o ensino profissional no contexto do Ensino Médio, bem como para a elaboração de atividades voltadas à aquisição de habilidades laborais, propomos a ampliação da visão de mundo do trabalho. Saviani (2007) considera o trabalho no sentido ontológico, visto como inerente a humanização, formação e realização humana. Essa visão ultrapassa a função pragmática imposta pelo capitalismo, dessa maneira, “[...] o trabalho é a ação humana de interação com a realidade para a satisfação de necessidades e produção de liberdade” (RAMOS, 2008, p. 3-4).

Quando o trabalho é visto simplesmente como uma troca financeira, no mercado de trabalho, torna-se sujeito ao capital, alienante, pragmático e excludente, isso porque mantém-se com a exploração do trabalho de uns pelos outros (MOURA; FILHO; SILVA, 2015). Por esse motivo, ao considerarmos a

inclusão dos alunos com NEE no mundo do trabalho, é necessário transpor a visão utilitarista do trabalho, da competição e do lucro, justamente o motivo pelo qual durante muito tempo estiveram à margem, sendo considerados incapazes.

A inserção no mundo do trabalho é uma necessidade humana e um dos direitos fundamentais, relacionado à dignidade da pessoa com deficiência, e por isso deve ser incentivado e garantido (MARTINS, 2013). O homem torna-se homem pelo trabalho e a sua relação com a natureza transforma a ambos, sendo assim, “[...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Baseado nessa perspectiva, conceber o trabalho como princípio educativo também sugere novas práticas e implica em:

“[...] condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive. [...] leva os estudantes a compreenderem que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura e que o exercício pleno dessas potencialidades exige superar a exploração de uns pelos outros” (RAMOS, 2008, p.09)

Por isso, o trabalho como princípio educativo requer a construção de um projeto Educativo que leve em consideração a Educação Politécnica, compreendida como educação que preconiza a união entre formação intelectual e trabalho produtivo e o resgate da relação teoria e prática para a formação *omnilateral*, ou seja, que contempla a formação humana em todas as dimensões (MOURA, 2007). Essa formação precisa ser vislumbrada no processo de inclusão dos alunos com NEE, para que todos os alunos tenham a oportunidade de vivenciar um modelo educativo que considera o ser humano nos aspectos físicos, emocionais, sociais e não somente no aspecto cognitivo e intelectual.

Nesse sentido, sugerimos algumas práticas que corroboram com essa visão e que estimulam o desenvolvimento de diferentes habilidades.

- Sugerir atividades que resgatem a formação geral e formação para o trabalho, na perspectiva de integração.

Essa é a oportunidade para salientar a importância do desenvolvimento de práticas educativas que, além de conhecimentos teóricos, favoreçam a aquisição de habilidades importantes para o mundo do trabalho, como criatividade, autonomia, ética, iniciativa e autocontrole, entre outras qualificações que podem ser desenvolvidas na escola, por meio de metodologias ativas, onde o aluno é estimulado a construir o seu aprendizado e realizar atividades mentais superiores de análise, síntese e avaliação daquilo que aprende (BARBOSA; MOURA, 2013).

O uso de metodologias ativas de ensino são possibilidades para o desenvolvimento de práticas coerentes com a perspectiva de um currículo integrado, que una formação geral e formação para o trabalho. Tais metodologias têm como foco a aprendizagem e formação de conceitos pela ação do estudante, mediados pelo professor. Elas podem envolver estudo de caso, atividades lúdicas, experimentação investigativa, sala de aula invertida e resolução de problemas. (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2016).

Ramos (2008) acrescenta que atividades que estimulam a curiosidade do aluno e o incentiva a novas descobertas, colaboram com a formação da criticidade necessária para a compreensão das relações

sociais de desigualdade historicamente impostas. A autora defende atividades baseadas na “[...] proposição de desafios, problemas e/ou projetos, desencadeando por parte do aluno, ações resolutivas, incluídas as de pesquisas e estudo de situações, a elaboração de projetos de intervenção, dentre outros” (RAMOS, 2008, p. 25).

G- Promover momento para Reflexão e Ação por meio de grupos de trabalho.

2.4 Reflexão/Ação

Pedir para que os participantes se reúnam com colegas da mesma área de atuação e após discutirem, registrem as respostas na ficha com a seguinte proposta:

Pensando em sua área de atuação e nos alunos com NEE, dê exemplo(s) de atividade(s) que você pode propor aos estudantes e que favoreça a preparação deles para o mundo do trabalho.

Cada grupo receberá uma ficha sendo desafiados a pensarem coletivamente e listarem o máximo de atividades no tempo de 20 min., assim, o grupo que conseguir registrar o maior número de atividades receberá um prêmio simbólico.

Ao final essas atividades deverão ser compartilhadas com os demais grupos, ficando o (a) condutor (a) da Oficina responsável por organizar um “Banco de atividades” com todos os exemplos citados e entregar à equipe, para que todos possam ter acesso as ideias citadas.

2.5 Considerações

Compreendemos os muitos limites de atuação da escola e de seus profissionais numa sociedade capitalista e desigual como a nossa. Não acreditamos que melhorar o processo formativo dos alunos com NEE será garantia de que poderão ingressar no mundo do trabalho. Apenas reconhecemos o espaço escolar como privilegiado de relações em que:

As pessoas com deficiência podem se *empoderar*; não de modo individualista[...] podem procurar (res)significar a si próprias através de uma participação coletiva, da construção do espírito crítico, de consciência de seu lugar e das determinações sofridas, em busca de emancipação. É possível [...] contrapor resistência, introduzir o novo, trilhar um caminho coletivo não mais da busca de assistência, de amparo social, de programas compensatórios, de benesses secundárias, mas do direito de acesso. [...]mas sua participação na realidade social como indivíduos inscritos na rede reconhecida do mundo do trabalho certamente traz repercussões nos modos de significarem a si e de serem significados pelo outro, contribuindo em alguma medida para que se alterem, a partir dessa mudança de lugar, os sentidos sobre a deficiência. (LEME, 2015, p.142)

Como discutimos até aqui, os professores regentes e aqueles que exercem relação direta com a promoção de uma educação mais crítica e democrática, precisam trazer suas reflexões e questionamentos para a sala de aula. Questionar seus alunos sobre as atividades que desejam exercer e quais recursos precisam demandar para alcançá-las, promover o contato com profissionais e atividades que permitam conhecer e discutir sobre as possibilidades do mundo do trabalho, também são importantes.

Mas sobretudo, o desafio de acreditar no potencial de seus alunos e estimulá-los a alcançarem suas aspirações, se faz necessário no meio escolar que deseja incluir e estimular a todos.

2.6 Encerramento e avaliação

O(a) mediador(a) da Oficina deve agradecer a presença de todos e entregar a ficha (Apêndice3) para que os participantes avaliem a Oficina, sem a necessidade de identificação. Essa avaliação é importante para que o conteúdo e metodologia da oficina sejam analisados e ainda para que as sugestões dos participantes possam ser atendidas, na oportunidade de outros encontros.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. (org.). **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: SEESP/MEC, Brasília, 2003.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **B. Tec. Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, mai-ago. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Lei nº 9.394 de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br/leis/ldb9394> Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: jul. 2018.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da República. Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm> Acesso em: 20 mai. 2019.

_____. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei de Cotas nº 12.711/2012. **Dispõe sobre cotas para pessoa com deficiência nos Institutos Federais de Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm> Acesso em: 10 de jan. 2018.

_____. Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm> Acesso em: 25mar. 2018.

_____. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, DF, 22 nov. 2018. Disponível em: <<http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2019.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

DELL-MASSO, M. C. S. Educação e trabalho: temas a considerar para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *In*: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G., organizadores. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, Pelotas, v.14, n.1, p. 268-288, 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Os+princ%C3%Adpios+das+metodologias+ativas+de+ensino+%3A+uma+abordagem+te%C3%B3rica+&btnG=>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

LEME, M. E. S. **Deficiência e o mundo do trabalho: discursos e contradições.** Campinas: Autores Associados, 2015.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

_____; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, R. M. O princípio da dignidade humana na pessoa com deficiência na perspectiva do acesso ao trabalho. **Caderno Espaço Inclusão.** Brasília, v.1, n.1, p. 20-33, 2013. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/31>> Acesso em: 15 ago. 2018.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v.2, p. 04-30, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549273001>> Acesso em: 01 de jul. 2019.

_____; FILHO, D. L. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação.** v. 20, n. 63, out.-dez. de 2015, p. 1057-1080. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2019.

PAVIANI, N. M. S; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 77-88, maio/ago. 2009.

RAMOS, M. Concepção do ensino médio integrado. Secretaria de Educação do Estado do Pará- **Seminário Proeja**. 08-09 mai. 2008. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos-1.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2019.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n. 34, p.152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>Acesso em: 18 jan. 2018.

SILVA, A. F. da; LEITE, T. S. Adequações curriculares e estratégias de ensino em turmas inclusivas: um estudo exploratório no 1º Ciclo. **Invest. Práticas**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 44-62, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-13722015000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01jul. 2019.

SOUZA, F. F.; VALENTE, P. M.; PANNUTI, M. O papel do professor de apoio na inclusão escolar. **Educere: XII Congresso Nacional de Educação**. PUC-Paraná, 26-29 out. 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17749_7890.pdf> Acesso em: 20 jun. 2019.

UNESCO. The Salamanca Statement and framework for action on special needs education: [**Declaração de Salamanca**]. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994. Genebra: Unesco, 1994.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO: Jomtien, 1990.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?** 4 ed. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2002.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812014000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2018

APÊNDICE 1- Quadro para leitura e discussão

Algumas Necessidades Educacionais Especiais (NEE)- Características e estratégias educacionais

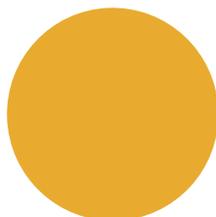
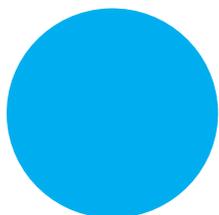
NEE	CARACTERÍSTICAS	ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS
Autismo	- Distúrbios relacionados a aquisição de habilidades físicas, sociais e linguísticas; - Reações anormais às sensações; -Fala e linguagem ausentes ou atrasados; - Relacionamento anormal com os objetos e pessoas; - Dificuldade na compreensão de termos subjetivos.	- Criar situações que possibilitem a interação; - Ter paciência; - Criar rotinas previsíveis para que ele possa entender o que vai acontecer; - Antecipar ao aluno qualquer mudança na rotina, pois alterações no dia a dia não são bem-vindas; - Dê instruções claras; evite enunciados longos; - Utilizar linguagem objetiva.
Deficiência Auditiva	- Perda total ou parcial da capacidade de ouvir; - Ausência de reação ou sobressaltos diante de qualquer ruído no ambiente; - Brincadeiras e jogos realizados mediante muito barulho; - Comportamentos excessivamente quietos ou passivos.	- Utilizar a língua brasileira de sinais (Libras); - Colocar o aluno nas carteiras da frente pode ajudá-lo a aprender melhor;- Falar perto e de frente para ele;- Utilizar recursos visuais; - Diminuir ruídos;- Solicitar a presença de um intérprete de Libras.
Deficiência Física	- Apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais membros do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física; - Membros com deformidade congênita ou adquirida;	-Aplicar, com o auxílio do profissional de apoio, atividades em que o estudante seja incluído, explorando suas potencialidades e inclusão na turma;- Utilizar recursos de acordo com a aptidão e necessidade do aluno.
Deficiência Intelectual	- Dificuldade na aprendizagem, compreensão e realização de atividades comuns para as outras pessoas;- Funcionamento intelectual significativamente inferior à média.	- Repetir as orientações para que o estudante compreenda; - Utilizar instruções visuais; - Reforçar solicitações e tarefas com ilustrações grandes e chamativas, com cores e símbolos; - A linguagem verbal deve ser simples;- Adotar o mesmo tratamento dispensado aos demais; - Adequar as atividades ao nível das capacidades do estudante, com desafios gradativos;- Realizar pausas entre as atividades;- Valorizar sempre o empenho e a produção.
Deficiência Motora	- Incapacidade ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas; - Deformações físicas com alterações ortopédicas ou neurológicas.	- Utilizar métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para a realização das atividades;- Estimular a coordenação motora geral; -Estimular o aluno; -Deverão ocupar um lugar relativamente próximo ao professor; - Adequação dos conteúdos e da sala de aula.

Deficiência Múltipla	- Distúrbios graves e profundos; - Associação de mais de uma deficiência nas áreas sensorial, física ou mental.	- Criar formas de comunicação;- Buscar integrar esse estudante aos demais; - Criar rotinas previsíveis para que ele possa entender o que vai acontecer; - Oferecer objetos multisensoriais, que facilitam a comunicação.
Deficiência Visual	- Cegueira ou baixa visão; - Incapacidade de perceber cores, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente.	- Adequar os materiais didáticos, tais como questionários, folhas de exercícios, mapas e gráficos, de forma que o aluno com deficiência visual possa compreender; - Pôr à disposição da criança todos os utensílios e equipamentos específicos de que ela necessite;- Adequação da sala de aula e atividades para melhor compreensão do aluno; - Uso do sistema Braille; -Uso de tecnologias assistivas.
Dislexia	- Atraso no desenvolvimento motor desde a fase do engatinhar, sentar e andar; - Atraso ou deficiência na aquisição da fala, desde o balbúcio à pronúncia de palavras; - Distúrbios do sono;- Tendência à hiper ou a hipop-atividade motora; - Dificuldades de adaptação nos primeiros anos escolares.	- Dividir a aula em espaços de exposição, seguido de uma “discussão” e síntese ou jogo pedagógico;- Valorizar os acertos;- Observar como ele faz as anotações da lousa e auxiliá-lo a se organizar;- Na hora de dar uma explicação usar uma linguagem direta, clara e objetiva e verificar se ele entendeu.
Discalculia	- Dificuldades em reconhecer padrões menores, maiores, longos e curtos;- Não consegue diferenciar os diferentes algarismos;- Não segue ordem correta dos números;- Dificuldade nas operações básicas;- Dificuldade na compreensão de valores.	- Utilizar materiais concretos para facilitar as atividades; - Não corrigir o aluno perante a turma;- Criar situações concretas para os problemas;- Utilizar problemas com figuras para facilitar a compreensão e resolução.
Disgrafia	- Postura gráfica incorreta;- Forma incorreta de segurar o lápis;- Letras desligadas e ilegíveis;- Desorganização das formas das letras;- Traçado exageradamente grosso ou suave.	- Não o forçar a algo que não dará conta;- Realizar exercícios grafo-motores;- Aplicar exercícios que induzam a reaprender a forma das letras;- Trabalhar a posição ao escrever;- Utilizar o pincel para treinamento;- Valorizar o conteúdo e não a grafia;
Hidrocefalia	- Irritabilidade;- Déficit de atenção;- Declínio no desempenho escolar;- Atrasos ou problemas com habilidades anteriormente adquiridas, como andar ou falar; - Dificuldades relacionadas a concentração, raciocínio lógico, memória de curto prazo, coordenação, organização.	- Favorecer ambientes de aprendizagem e atividades diversificadas de alfabetização; - Oportunizar e exercitar o desenvolvimento de suas competências; - Estimular a atenção do aluno para as atividades escolares; - Oferecer modelos adequados para a aprendizagem; - Favorecer o bem estar emocional; - Introduzir atividades complementares específicas para o aluno.

Síndrome de Angelman	<ul style="list-style-type: none"> - Hipertonia, ausência de fala, riso excessivo e crises convulsivas; - Atraso no desenvolvimento;- Comunicação receptiva e não verbal é mais eficiente do que a comunicação verbal;- Combinação de riso-sorriso imotivado, aparência de felicidade; - Personalidade excitável, gerando agitação psicomotora, movimento de asas nas mãos;- Distúrbio da atenção, se ligando a vários estímulos por pouco tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação das atividades; - Trabalhar comunicação verbal; - Estimular a concentração e o desenvolvimento do aluno.
Síndrome de Asperger	<ul style="list-style-type: none"> - Comprometimento na interação social; - Tendência ao isolamento, dificuldade em fazer amigos e perceber os sentimentos dos outros; - Resistência em sair de casa;- Dificuldade em conhecer e utilizar as regras básicas de comportamento social; - Falhas psicomotoras de graus variados; - Atrasos na fala; - Prejuízo na interação social;- Prejuízo na comunicação não-verbal, - Fala peculiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar um ambiente seguro e mais previsível possível; - Mantenha o mesmo para as transições como atividades possíveis; - Uma rotina diária é fundamental. O aluno deve saber o que esperar da rotina, para se organizar corretamente e se concentrar nas tarefas em mãos; - Reduzir atividades especiais ou alterações no calendário ao mínimo; - Explicações e atividades com abordagem sistemática, sempre que possível com sequência ou passo a passo.
Síndrome de Down	<ul style="list-style-type: none"> -Dificuldades de adaptação social; - Atraso no desenvolvimento intelectual e motor; - Dificuldade de adaptação a novas situações e ambientes; - Dificuldades no aprendizado; - Lentidão na realização de novas propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptar o conteúdo ao nível de compreensão do aluno; - Oferecer suporte/apoio físico ou visual sempre que necessário; - Fragmentar o conteúdo a ser ensinado, trabalhando um tópico de cada vez; - Utilizar linguagem simples e clara; - Utilizar recursos concretos; -Exigir menos do raciocínio abstrato e da capacidade de inferência; - Repita sempre que necessário, para estimular a memorização.
Síndrome de Rett	<ul style="list-style-type: none"> - Regressão no desenvolvimento (perda de habilidades anteriormente adquiridas); - Movimentos estereotipados; perda do uso das mãos;- Interrupção no contato social; -Comunicação pelo olhar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar estratégias para que esse aluno possa aprender estabelecendo sistemas de comunicação alternativos; - Adequar atividades de acordo com a necessidade do aluno, considerando o nível de regressão; - Disponibilizar equipamentos para sua comunicação e locomoção.

Síndrome de Tourette	<ul style="list-style-type: none"> - Tiques motores múltiplos; - Movimentos abruptos, rápidos e involuntários; - Vocalização repetitiva e involuntária; - Pronúncia de palavras ou frases comuns, porém, fora do contexto;- Uso de palavras socialmente inapropriadas; - Comportamentos repetitivos, frequentemente ritualizados;- Atos de autoagressão, tais como machucar-se ou morder a si próprio; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode-se optar por avaliações orais ou escrita sem limite de tempo; - Atividades para estimular a escrita; - Permitir respostas orais em vez de escritas; - Devido à distração, deve haver uma maior tolerância de tempo;- Quando se nota que o erro foi pura falha de atenção, propor uma segunda chance; - Compreender que os tiques são involuntários, não permitir que os colegas ridicularizem o aluno.
Síndrome de Williams	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades motoras e de orientação espacial; - Grande interesse por música; - Facilidade na comunicação;- Amabilidade desinteressada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar atividades adequadas para melhorar a orientação espacial;- Estimular coordenação motora;- Desenvolver atividades com música.
Superdotação	<ul style="list-style-type: none"> - Facilidade na aprendizagem; - Criativo;- Bem informado, inclusive em áreas não comuns; - Persistente, independente; - Persuasivo; - Inquisitivo e cético; - Adapta-se com bastante rapidez a novas situações e a novos ambientes;- Vocabulário excepcional, é verbalmente fluente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar exercícios mais desafiadores; - Apresente opções diversificadas para demonstrar que eles compreenderam determinada atividade; - Deixe que eles descubram as informações; - Mantenha-os focados, por meio de atividades desafiadoras.
TDAH	<ul style="list-style-type: none"> - Não consegue completar as tarefas iniciadas; - Distrai-se facilmente; - Age de forma intempestiva;- Facilidade de frustração e desistência; - Pula constantemente de uma atividade para outra; - Comportamento francamente impulsivo;- Dificuldades de concentração;- Necessidade de mover-se constantemente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar conteúdos interessantes e dinâmicos; - Respeitar o tempo necessário para que o aluno realize a atividade; - Valorize as pequenas conquistas; - Trabalhe as normas e limites; - Permita que o aluno se movimente em alguns momentos, pois ele não conseguirá permanecer sentado e estático por muito tempo. - Evitar atividades e enunciados longos.
Transtorno Desintegrativo da Infância	<ul style="list-style-type: none"> - Regressão evidente de habilidades já adquiridas;- Atraso ou ausência da fala;- Alterações no comportamento não-verbal;- Dificuldade em desenvolver relacionamentos;- Pouca abertura social e emocional;- Apresenta atividades e interesses repetitivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar linguagem objetiva; - Utilizar abordagens sensoriais; - Adequar currículo, provas e avaliações; - Propor atividades baseadas no interesse do aluno; - Utilizar jogos; - Evitar atividades muito longas; - Propor atividades que estimulem o pensamento lógico.

<p>Transtorno Mental</p> <p>(Ansiedade, Depressão, Transtornos alimentares, Transtorno bipolar, Esquizofrenia)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças de comportamento ou de humor; - Dificuldade de raciocínio ou concentração; - Problemas de convivência com outras pessoas; - Dificuldade de expressar ideias com coerência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular o raciocínio lógico; - Trabalhar a concentração com jogos e atividades lúdicas; - Realizar trabalhos em grupos para trabalhar a convivência com os demais colegas.
<p>Esquizofrenia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações na apreensão e no juízo sobre a realidade (delírios) e na sensoripercepção (alucinações); - Alterações comportamentais decorrentes, como: distúrbios cognitivos (pensamento, atenção, tomada de decisão, raciocínio abstrato, linguagem) e emocionais (apatia, falta de motivação, falta de prazer, depressão). 	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular o desenvolvimento integral do aluno; -Estimular as habilidades e competências; - Exercitar a memória; utilizar recursos adequados para o aprendizado. - Orientar os colegas de sala sobre as possíveis alterações comportamentais



REFERÊNCIAS

ALVES, R. V. **O Deficiente Físico: Novas Dimensões da Proteção do Trabalhador.** São Paulo: LTr, 1992.

CANZIANI, Maria de Lourdes B. **Educação Especial - visão de um processo dinâmico e integrado.** Curitiba: PUC-PR, 1985.

CRUZ, M. L. C. M. da et al. **Síndromes e Psicologia: Atuação, Prática e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Juruá, 2019.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.

SAMPAIO, S. **Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico.** 7 ed. Rio de Janeiro: WAK, 2014.

WEISS, M. L. L. **Intervenção Psicopedagógica nas Dificuldades de Aprendizagem Escolar.** Rio de Janeiro: WAK, 2015.

WILLIAMS, C., WRIGHT, B. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger.** São Paulo: MBOOKS, 2008.



APÊNDICE 3- Avaliação da Oficina



Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica

(ProfEPT)

Avaliação da Oficina:

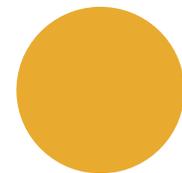
OFICINA PEDAGÓGICA: (RE)PENSANDO A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Avalie a Oficina desenvolvida marcando com (x) de acordo com sua opinião em relação aos critérios:

1. Estética e organização da Oficina:
 Péssimo Ruim Regular Bom Muito bom Excelente
2. Divisão dos assuntos tratados e organização didática:
 Péssimo Ruim Regular Bom Muito bom Excelente
3. Estilo de escrita e linguagem usados:
 Péssimo Ruim Regular Bom Muito bom Excelente
4. Relevância do conteúdo apresentado:
 Péssimo Ruim Regular Bom Muito bom Excelente
5. Propostas didáticas apresentadas:
 Péssimo Ruim Regular Bom Muito bom Excelente
6. Criticidade apresentada:
 Péssimo Ruim Regular Bom Muito bom Excelente

Observações ou sugestões:

SOBRE OS AUTORES



Jullyana Pimenta Borges Gonçalves é pedagoga, especialista em Educação Inclusiva com Ênfase no Atendimento Educacional Especializado e mestra pelo Programa de Pós-Graduação ProfEPT- Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano- Campus Morrinhos. É docente da rede pública estadual de Goiás e da rede municipal de Caldas Novas-GO. Tem experiência como Professora de Apoio à inclusão, docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. E-mail: jullyanapbg@gmail.com

Marcos Fernandes Sobrinho é Físico pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Bacharel em Administração pela Faculdade de Administração de Brasília (FAAB) e Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade de Brasília (UnB). No Instituto Federal Goiano é professor do quadro de pessoal permanente na área de Física; docente permanente e orientador credenciado nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino para a Educação Básica (PPGEnEB) e em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT). Na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG) atua como docente permanente e orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional (PPGGO/UFG-RC). E-mail: marcos.fernandes@ifgoiano.edu.br

Cinthia Maria Felicio é licenciada em Química pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 1996), bacharel em Química (UFU, 1999), mestra em Química (UFU, 2000) e doutora em Química (UFG, 2011). Desde 2004 é professora do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos. Atuando a partir de 2012/2 com oficinas de práticas pedagógicas para o ensino de Química no curso de licenciatura em Química no Campus Morrinhos. Docente permanente e orientadora credenciada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT) desde 2017. E-mail: cinthia.felicio@ifgoiano.edu.br

